

POR UM PARQUE INFANTIL LIMPO E SEGURO NA ULGUEIRA!

No seguimento do crescente protesto e queixas dos moradores da Ulgueira pelo agravamento na degradação do Parque Infantil e a acumulação de lixo, a CDU promoveu um abaixo-assinado, durante o passado mês de Agosto, que exige « **ao Executivo da Junta de Freguesia de Colares uma rápida resolução dos problemas identificados neste equipamento e a devida requalificação do Parque Infantil, no respeito das normas de higiene e segurança em vigor, para que as crianças da localidade possam finalmente disfrutar deste espaço nas melhores condições possíveis**».



Posteriormente a uma visita ao local, com a participação do vereador da CDU, Pedro Ventura, onde foi possível aferir a razão das reclamações e contactar com alguns dos utilizadores do referido espaço, o abaixo-assinado foi entregue na Sede da Junta de Freguesia.

Importa recordar que a CDU (PCP/PEV) tem desde de 2011 desenvolvido diversas iniciativas institucionais para a necessidade de requalificação do Parque Infantil na localidade da Ulgueira e alertado constantemente para a melhoria no serviço de limpeza e manutenção do espaço em questão.



NA DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

Na Assembleia de Freguesia de Colares realizada no passado mês de Junho e por iniciativa da CDU, foi apresentada uma moção na defesa da Escola Pública como direito de todos os cidadãos e que nas suas deliberações visava:

-Manifestar o apoio às medidas que visem repor a legalidade e moralizar a celebração dos contratos de associação enquanto instrumento supletivo da Escola Pública;

- Repudiar a campanha de desinformação brutal promovida pela Associação de Escolas do Ensino Particular, com o acompanhamento do PSD e do CDS e com a cobertura mediática de alguns órgãos de comunicação social, como objectivo de descredibilizar a Escola Pública e os seus profissionais;

- E exigir do governo, o conjunto de medidas que visem concretizar um investimento consentâneo com o desígnio constitucional de garantir uma Escola Pública, Gratuita, Universal, Inclusiva e de Qualidade para todos os Cidadãos e assim garantir o acesso à educação e ao conhecimento a todas as crianças e jovens de Colares e do Concelho de Sintra.

Este documento foi **aprovado por maioria com duas abstenções e um voto contra do Movimento Sintrenses com Marco Almeida.**

PCP DEFENDE A GRATUIDADE DOS MANUAIS ESCOLARES

Na posição conjunta assinada entre o PCP e o PS que permitiu uma nova solução política para o País, foi incluída, por proposta do PCP, a progressiva gratuidade dos manuais escolares para todo o ensino obrigatório.

Não foi possível um acordo que permitisse ir mais longe na aplicação desta medida, já no início do ano lectivo, **mas o PCP propôs e foi aprovada a gratuidade dos manuais para todas as crianças que iniciam o seu percurso escolar no ano lectivo de 2016/2017.**

São mais de 80 000 crianças que vão frequentar o 1º ano do 1º ciclo do ensino básico que irão receber gratuitamente os manuais escolares. Uma medida que representa uma poupança de cerca de 3 milhões de euros para as famílias.

Um pequeno investimento realizado pelo Estado garantido o acesso gratuito aos manuais escolares, mas um significativo investimento no combate ao abandono precoce e ao insucesso escolar.

O PCP continuará a bater-se pela progressiva gratuidade dos manuais escolares, propondo que no ano lectivo de 2017/2018 esta possa abranger todos os alunos do 1º ciclo.

Gratuidade dos manuais escolares

combater o insucesso e abandono escolares



PELA COBERTURA TOTAL DO CONCELHO DE SINTRA POR PASSE SOCIAL INTERMODAL

Considerando a importância estratégica da promoção e uso do transporte público, a má cobertura do concelho pelo actual sistema de Passe Social Intermodal e no âmbito da

oportunidade criada pela **iniciativa do PCP e a sua proposta legislativa para a criação de um Passe Social Intermodal para toda a Área Metropolitana de Lisboa, que junte todos os operadores e todas as carreiras**, a CDU apresentou uma moção em sede de Assembleia de Freguesia de Colares que:

- Afirma o seu interesse pela melhoria da rede e oferta de transportes públicos na Freguesia de Colares e no concelho de Sintra bem como das vantagens associadas à existência de um passe social intermodal para toda a Área Metropolitana de Lisboa,

- E apela à Câmara Municipal de Sintra que encete juntamente com a Área Metropolitana de Lisboa um processo negocial com todos as operadoras de transportes privadas a quem está concessionada o serviço público de transportes no concelho no sentido da integração de todos os operadores no passe social.

Esta moção foi aprovada por unanimidade.

É PRECISO E É URGENTE ACABAR COM A PRECARIEDADE!

A C.D.U. apresentou igualmente uma moção que expressa o **seu firme repúdio pela constante opção por situações de emprego precário ou eventual na existência de situações de preenchimento de necessidades permanentes em entidades públicas e a exigência que a alternativa ao desemprego não seja a precariedade do vínculo laboral, mas sim o emprego com direitos**, considerando que:

- De acordo com dados da Direção Geral de Administração e Emprego Público, entre 2011 e 2015 foram destruídos cerca de 78.000 postos de trabalho na Administração Central e local;

- Existirão hoje em Portugal mais de 1 milhão e 200 mil de trabalhadores com vínculos precários;

- Existindo um número elevado de trabalhadores em regime de contratos a termo;

- Se permite um uso abusivo de recibos verdes e a realização de estágios profissionais e trabalho temporário, sem observância de regras;

- Os estágios, cursos e formações profissionais, mascaram as estatísticas do desemprego, reduzem estatisticamente o número de trabalhadores desempregados, mas não criam qualquer perspectiva de efetiva resolução do problema do desemprego.

- Os Municípios e as Juntas de Freguesia recorrem aos “Contractos Emprego-Inserção” (CEI's), sendo que estes não provaram trazer benefícios, não servindo a qualidade dos serviços públicos nem a vida destes trabalhadores;

- No ano de 2015 estavam nesta situação cerca de 68.000 trabalhadores que asseguram o funcionamento dos serviços públicos permanentes, designadamente escolas, unidades de saúde e serviços da segurança social.

A referida moção foi aprovada por maioria, com os votos contra de 3 membros do Movimento SCMA (Sintrenses com Marco Almeida).

**DIREITOS
FUTURO
NÃO À PRECARIEDADE**